

A “ARCÁDIA DO RIO DAS MORTES”, SEGUNDO CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA JÚNIOR

José Antônio de Ávila Sacramento

No ano de 2010, o são-joanense Tarcísio Ferreira Neves, pai do dr. José Carlos Martins de Oliveira Neves que foi meu companheiro de estudos no extinto Colégio São João, gentilmente ofertou-me a reprodução d’um texto intitulado “Arcádia do Rio das Mortes”. Arcádia era a designação comum às sociedades literárias dos séculos XVII e XVIII, principalmente, e equivale-se às atuais Academias de Letras.

A publicação, uma separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, editada no ano de 1960, foi escrita por Cândido Martins de Oliveira Júnior (1896-1975), juiz, desembargador, Secretário de Justiça de MG no governo de Crispim Jacques Bias Fortes, membro efetivo da Academia Mineira de Letras e sogro de Tarcísio, pai da Sra. Marília Dolores Martins de Oliveira Neves.

Transcreverei alguns trechos que considero esclarecedores e inteligíveis por si próprios; não farei maiores comentários, apenas alguns direcionamentos. Martins de Oliveira afirmou que durante o tempo do Brasil-Colônia a atividade intelectual era “asfixiada ao extremo das vexações inimagináveis. Tudo passava pelo rol de crime, e a repressão começava invariavelmente pela masmorra e culminava, ou no exílio, ou no patíbulo. (...) Em verdade, a iniciativa da fundação de grêmios ou colégios de cultura não vinha, nunca, dos representantes da Metrópole”.

O autor citou como exemplos dos fatídicos destinos o da “Academia Brasílica dos Esquecidos”, de 1724; da “Sociedade Literária”, de 1786; o da “Academia dos Felizes”, de 1736/1740; o da “Academia dos Seletos”, de 1751; o da “Academia Brasílica dos Renascidos”, de 1759, e o da “Academia Científica do Rio de Janeiro”, de 1771; todas estas sociedades, segundo Martins, foram duramente reprimidas, nunca puderam ter continuidade de suas atividades culturais e tiveram seus desenlaces tristes ou trágicos. As existências de algumas destas instituições chegaram até mesmo serem colocadas em dúvida, como aconteceu com a da Arcádia Ultramarina e da Escola Mineira, das quais a Arcádia do Rio das Mortes era uma ramificação dependente. Joaquim Norberto de Souza e Silva foi um dos críticos que duvidou da existência delas; mas, segundo a argumentação de Martins de Oliveira, o ceticismo dele não é digno de crédito, pois se valeu da “sua história perenemente romanceada” e “não se conduziu com a argúcia de historiador” ao contestar a existência dessas sociedades literárias.

Após evidenciar os desalinhos, os desatinos e equívocos históricos de Joaquim Norberto, Martins direcionou o texto no sentido de provar a existência de uma academia que existira às margens do Rio das Mortes. Assim, na segunda parte dos seus escritos, ele propôs a responder à pergunta: Existiu a “Arcádia do Rio das Mortes”? Para fundamentar a resposta afirmativa, ele apresentou quatro testemunhos que aqui serão parcialmente descritos.

A primeira revelação vem da afirmação do Dr. Emílio Joaquim da Silva Maia, médico, jornalista e doutor em filosofia, nascido na Bahia em 1808, e falecido no Rio de Janeiro em 1859. Eis o depoimento: “Antes de hirmos á diante, não devemos passar em

silencio huma Sociedade instituída em Minas, alguns annos antes da criação da Sociedade Fluminense de que acabamos de fallar. Esta associação litteraria composta de poucos individuos, tinha o nome de Arcádia do Rio das Mortes, por achar-se estabelecida em hum lugar perto deste rio, e julga-se que ella existiu pelo anno pouco mais ou menos de 1760. Forão seus instituidores: 1º) José Basílio da Gama, author do poema Uruguay e do Elogio sobre o Tejo, que foi premiado pela Arcádia de Roma; 2º) Manoel Ignácio da Silva Alvarenga, nome também celebre na litteratura brasileira, e de quem nos restam excellentes poesias; 3º) o celebre Bernardo, paulista, que tinha sido educado em São João del Rey, muito conhecido pelas suas poesias, porem quase todas ficaram manuscritas e se acham em algumas mãos e em algumas Bibliothecas. Essa Arcádia durou mui pouco tempo como então acontecia a todas as sociedades litterarias do Brasil, e dela não teríamos noticia alguma, se sua existência não fosse transmitida por alguns Mineiros contemporaneos. Em nota que acompanha o texto, Dr. Emílio aponta o nome do informante: ‘nós viemos ao conhecimento dessa Sociedade por noticia que nos deo o Sr. Senador João Evangelista de Faria Lobato’.. (In: Discurso sobre as sociedades científicas e de beneficência que têm sido estabelecidas na América, recitado na Sociedade Literário do Rio de Janeiro. Tipografia Imparcial de Brito de 1836, In 4).

O segundo testemunho é do cônego Januário da Cunha Barbosa, professor de filosofia, ordenado padre em 1803, um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e nascido no Rio de Janeiro em 1780. Ele registrou a existência de “uma arcádia, que se ramificou em Minas Gerais, e da qual nos restam ainda excelentes poesias. Esta associação foi logo acrescentada de outros ramos de Filologia, que a tornaram útil e de honra à nossa pátria. Cláudio Manoel da Costa, pelos seus poemas que se podem ler no Parnaso Brasileiro, dá prova dessa organização de árcades, que por algum tempo abrilhantaram a comarca do Rio das Mortes” (In: Revista do IHGB, vol. II, p.338).

A terceira argumentação é do general José Inácio de Abreu Lima, historiador, jornalista, “agitador de idéias”, filho do célebre “Padre Roma” (um dos revoltosos pernambucanos de 1817), que assim escreveu: “neste anno [um pouco mais ou menos de 1760] supõe-se que tivera origem uma Sociedade Literária na Província de Minas Gerais com a denominação de Arcádia do Rio das Mortes. De seus instituidores apenas resta a memória de poucos, entre eles José Basílio da Gama, autor do poema Uruguay, Manoel da Silva Alvarenga, e o célebre Paulista Bernardo, cujas poesias foram tão apreciadas no seu tempo. Esta Sociedade durou pouco tempo como todas no Brasil, debaixo do jugo de ferro dos portuguezes”. (In: Synopsis ou Dedução Cronológica, pág. 232, impresso em Pernambuco em 1845 - Tipografia de M. F. de Faria – Biblioteca Nacional - Obras raras).

O último testemunho apresentado por Martins de Oliveira foi o do senador João Evangelista de Faria Lobato, que nasceu em Minas Gerais no anno de 1763, foi amigo de Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto e Silva Alvarenga, além de ter sido “tesoureiro pagador da tropa, no início de sua carreira, ao tempo do Visconde de Barbacena”; Lobato foi advogado, magistrado, desembargador, homem de confiança de D. Pedro I e a declaração dele sobre a existência da Arcádia do Rio das Mortes foi mencionada por Silva Maia no primeiro testemunho: “nós viemos ao conhecimento dessa Sociedade por notícia que nos deo o Sr. Senador João Evangelista de Faria Lobato”. Segundo o autor, o valor deste depoimento é reforçado pelo fato de ter sido ele [o Lobato] Ouvidor de São João del-Rei, de 1820 a 1821.

Martins de Oliveira atestou que “não passaria pela cabeça de ninguém fosse o Desembargador Faria Lobato fabricar ou forjar a existência de uma Arcádia para o simples prazer de mentir aos homens de seu tempo”. A respeito do nome e do lugar onde teria sido instalada a Arcádia do Rio das Mortes, assim concluiu Martins de Oliveira: tinha o nome de Arcádia do Rio das Mortes “por se achar estabelecida em lugar perto dêste rio. Na época, dois eram os lugares conhecidos na vasta região banhada pelo Rio das Mortes: São João del-Rei e São José del-Rei. Outras povoações, certo, existiam, mas sem a projeção dos dois sítios. Ligeira consulta a mapas antigos deixa claro que o lugar é São João Del-Rei. (...) Dotada de intensa vida já em 1778, era ponto obrigatório para os que vinham de Taubaté. Ostentando numerosos templos religiosos (...) seria a capital do distrito, designação exata para centro de região enorme, enormíssima, cujas divisas se faziam com Goiás e São Paulo e, a Leste, com a Comarca de Mariana (divisas pelo Rio Paraibuna até o Registro) e ao norte, pelo Ribeirão das Congonhas, com a Comarca de Vila Rica. Centro que congregava as pessoas mais ilustres do seu tempo, depois de Vila Rica, (...) núcleo intelectual de primeira grandeza, em relação às possibilidades do meio. (...) Nunca é demais lembrar que foi uma das quatro antigas ‘verdadeiras cúrias episcopais’...”.

Martins de Oliveira concluiu: “A existência da Arcádia do Rio das Mortes não pode ser posta em dúvida, sob pena de se desmentirem os homens, uns aos outros, na fria análise dos fatos. Floresceu em 1778 e durou o tempo em que o seu instituidor Manoel Inácio da Silva Alvarenga morou em São João Del-Rei (1782). Nela figuraram, além de seu instituidor, Bernardo da Silva Ferrão, Pe. Antônio Caetano Vilas Boas da Gama, Dr. Inácio José de Alvarenga Peixoto, Pe. Matias Alves de Oliveira, João de Araújo e Oliveira, e outros de difícil identificação”.

Ante as evidências apresentadas por Martins de Oliveira, eu creio que não é de se estranhar que São João del-Rei tivesse a sua Arcádia. A então Vila era uma das localidades onde havia sido descoberto muito ouro e era considerada o polo da Comarca. Assim, ainda que esta terra parecesse ser um tanto quanto monarquista, ela poderia abrigar também um próspero centro de discussão das idéias iluministas, e tais debates aconteceriam entre padres, comerciantes, militares, artistas, poetas, políticos e até mesmo entre os vanguardistas revolucionários aqui radicados, os quais, depois, a exemplo do nosso conterrâneo Joaquim José da Silva Xavier, amadureceriam o ideário da nossa independência. Ou não?

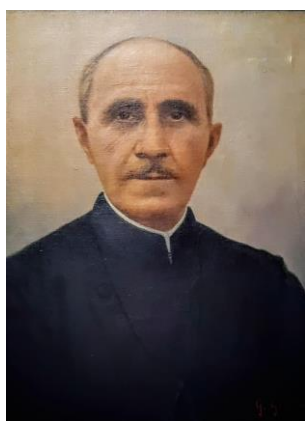


Foto e placa afixadas na parede do Salão Desembargador Cândido Martins de Oliveira Júnior, sede do Tribunal do Júri, no Fórum Carvalho Mourão, em São João del-Rei/MG.

Fotos: José Antônio de Ávila Sacramento.



Bucolismo Árcade: ninfa adormecida observada por um pastor, óleo sobre cobre da pintora suíça Angelika Kauffmann (1741-1807).